



**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**



IVONE PERECIM

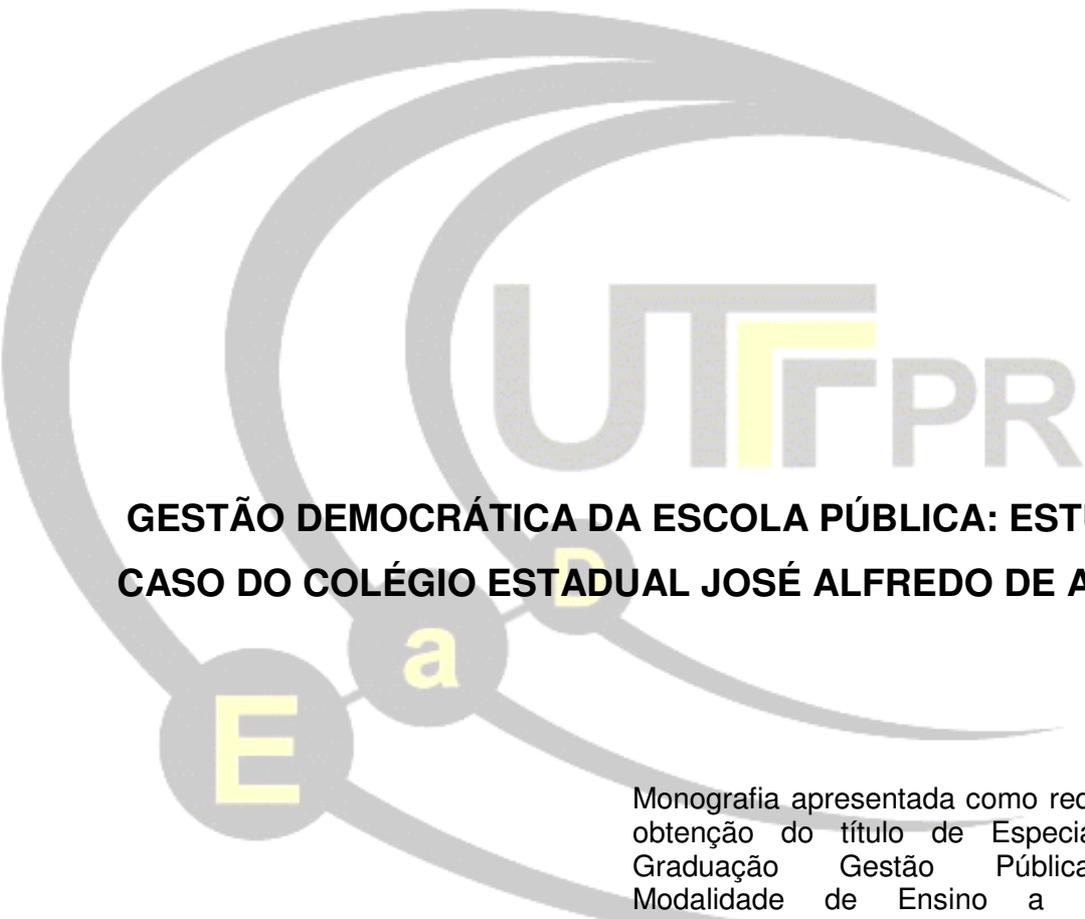
**GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA: ESTUDO DE
CASO DO COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ ALFREDO DE ALMEIDA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA

2011

IVONE PERECIM



**GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA: ESTUDO DE
CASO DO COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ ALFREDO DE ALMEIDA**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Campus Curitiba*.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA Orientador(a): Prof. Dr^a Isaura Alberton de Lima

CURITIBA

2011



TERMO DE APROVAÇÃO

GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA: ESTUDO DE CASO DO COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ ALFREDO DE ALMEIDA

Por

Ivone Percim

Esta monografia foi apresentada às.....h do dia.....de..... de 2011 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Curitiba. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho

Prof^a. Dra. Isaura Alberton de Lima
UTFPR – *Campus Curitiba*
(orientadora)

Prof Msc Hilda Alberton de Carvalho
UTFPR – *Campus Curitiba*

Prof^a Dra. Vanessa Ishikawa Rasoto
UTFPR – *Campus Curitiba*

Dedico este texto aos educadores brasileiros
que não desistem do sonho e lutam por
uma educação de qualidade.

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida, pela fé, perseverança para vencer os obstáculos e pela vida do meu filho.

À meu filho Felipe por me mostrar a magia no mundo e ter me revelado uma nova maneira de ver a vida.

À minha orientadora prof. Dr^a Isaura Alberton de Lima, que me orientou, pela sua disponibilidade, interesse e receptividade com que me recebeu e pela prestabilidade com que me ajudou.

Ao Diretor do CEJAA que gentilmente me concedeu a permissão para refletir sobre a organização do colégio, onde aprimorei meus conhecimentos e obtive elementos para esta monografia.

À professora pedagoga Maria do Carmo de Lima Marchetti do CEJAA que sempre esteve presente em todas as etapas deste trabalho.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“Não se pode falar em democracia sem viver democracia.

Não se pode viver democracia
sem o compartilhamento de deveres, direitos,
sonhos e compromissos”.

(Autor desconhecido)

RESUMO

PERECIM, Ivone. Gestão Democrática da Escola Pública: Reflexões para a Busca da Qualidade da Educação Brasileira. 33 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

Este trabalho tem como temática a gestão democrática da escola pública, apresenta uma abordagem teórica reflexiva sobre a educação pública brasileira, tendo como foco o Colégio Estadual José Alfredo de Almeida (CEJAA) do município de Mariluz. Discute a trajetória da educação no Brasil, reflete sobre a Legislação pertinente e a qualidade da educação ofertada atualmente. Apresenta dados sobre o desempenho da escola brasileira nos exames nacionais, bem como a realidade do CEJAA. Com base na literatura pertinente ao tema, discute intervenções em busca da superação, complementado por entrevistas com a comunidade escolar do CEJAA, o estudo verificou quais os principais problemas que afligem o cotidiano do colégio. Traz como resultado de estudo reflexões sobre os princípios da gestão democrática, a compreensão que se tem e pontua ações que auxiliarão no desenvolvimento de uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Desafio. Participação. Educação de Qualidade.

ABSTRACT

PERECIM, Ivone. Democratic Management of the Public School: Reflections in the Quest for Quality of Brazilian Education. 33 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

This work had as its theme the democratic management of public schools, presents a theoretical approach reflective about Brazilian public education, focusing on the Colégio Estadual José Alfredo de Almeida (CEJAA) of the city of Mariluz. Discusses the history of education in Brazil, reflects on the relevant legislation and current quality of education offered. It presents data on the performance of Brazilian schools in national examinations, as well as the reality of CEJAA. Based on the literature relevant to the topic, discusses interventions in pursuit of improvement, complemented by interviews with the school community of CEJAA, the study found that the main problems affecting the daily lives of the school. It brings as a result of study reflections on the principles of democratic management, understanding and scores that have actions that will assist in the development of a quality education.

Keywords: Democratic Management. Challenge. Participation. Quality Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	21
3.1 A COMUNIDADE DE MARILUZ.....	21
3.2 PERFIL DOS EDUCANDOS DO CEJAA.....	22
3.3 FONTE ESTUDO: O COL. EST. JOSÉ ALFREDO DE ALMEIDA	24
3.4 COLETA DOS DADOS	28
3.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	29
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	29
5 CONCLUSÃO.....	31
REFERÊNCIAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

A questão da educação no Brasil sempre foi um tema socialmente discutido no bojo da estruturação da Nação.

Analisando o processo de constituição da nação brasileira este setor sempre esteve marcado por negligências em relação a abranger a totalidade da população, e, assim beneficiavam-se as pessoas que estavam de mãos dadas com o poder político do contexto histórico.

a educação no Brasil se constituiu como um setor que se tornou alvo de políticas públicas, em estreita articulação com as características que moldaram o seu processo de modernização e desenvolvimento. Por meio de uma abordagem histórica, em que se destacam marcos da política educacional, procura-se demonstrar como o tratamento da questão educacional tem sido sempre condicionado pelos valores autoritários que presidem as relações sociais brasileiras e que se incrustaram em nossa cultura desde os tempos coloniais. (AZEVEDO, 2004, p. 17)

Sendo assim, para compreender a educação brasileira hoje, necessita-se fazer uma retrospectiva histórica acerca do assunto para situar a importância desta dimensão nas políticas públicas atuais.

A luta por uma educação de qualidade tem desafiado o poder público e este tema tem sido alvo de discussões em todas as instâncias da sociedade brasileira. Para garantir a universalização da educação, o governo federal foi, gradativamente, implantando conquistas na Legislação para que esta atendesse a todos. Ao falar em conquistas dá-se a impressão que este processo ocorreu recentemente e que não demandou tempo para se conseguir tal feito. Puro engano, o processo de universalização do ensino público no Brasil foi um processo lento e que resultou na opção por uma política de gestão democrática e participativa com a finalidade de se atingir uma educação de qualidade para todos.

No entanto, o que observamos é que na prática a educação pública não vem atingindo essa “qualidade”, basta observar os resultados do desempenho da escola brasileira apresentado nos exames nacionais.

IDEB 2005 (05), 2007 (07), 2009 (09) e Projeções para o BRASIL

	Anos Iniciais do Ensino Fundamental						Anos Finais do Ensino Fundamental						Ensino Médio					
	IDEB Observado			Metas			IDEB Observado			Metas			IDEB Observado			Metas		
	05	07	09	07	09	2021	05	07	09	07	09	2021	05	07	09	07	09	2021
TOTAL	3,8	4,2	4,6	3,9	4,2	6,0	3,5	3,8	4,0	3,5	3,7	5,5	3,4	3,5	3,6	3,4	3,5	5,2
Dependência Administrativa																		
Estadual	3,9	4,3	4,9	4,0	4,3	6,1	3,3	3,6	3,8	3,3	3,5	5,3	3,0	3,2	3,4	3,1	3,2	4,9
Municipal	3,4	4,0	4,4	3,5	3,8	5,7	3,1	3,4	3,6	3,1	3,3	5,1	2,9	3,2	-	3,0	3,1	4,8
Privada	5,9	6,0	6,4	6,0	6,3	7,5	5,8	5,8	5,9	5,8	6,0	7,3	5,6	5,6	5,6	5,6	5,7	7,0

Fonte: Saeb e Censo Escolar.

IDEBs em 2005 (05), 2007 (07), 2009 (09) e Metas para rede Estadual - PARANÁ

	Anos Iniciais do Ensino Fundamental						Anos Finais do Ensino Fundamental						Ensino Médio					
	IDEB Observado			Metas			IDEB Observado			Metas			IDEB Observado			Metas		
	05	07	09	07	09	2021	05	07	09	07	09	2021	05	07	09	07	09	2021
Estadual	5,0	5,2	5,2	5,0	5,4	6,9	3,3	4,0	4,1	3,3	3,5	5,3	3,3	3,7	3,9	3,3	3,4	5,1
Privada	6,5	6,5	6,8	6,5	6,7	7,9	6,2	6,5	6,5	6,2	6,3	7,6	5,8	6,1	6,1	5,8	5,9	7,2

Fonte: Saeb e Censo Escolar.

Apesar da divulgação de que a educação brasileira em 2009 superou a meta desejada:

O Ministério da Educação e o Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgaram [...], o resultado nacional do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb 2009. Os Indicadores mostram uma evolução na qualidade da educação em todos os níveis de ensino – primeira e segunda etapas do ensino fundamental e ensino médio. As metas de progressão estabelecidas foram superadas. (BRASIL, INEP/MEC, 2009).

ainda se percebe que na prática esta qualidade não vem ocorrendo.

Nesse sentido, vale investigar o que ocorre com a educação pública brasileira, uma vez que os recursos e programas disponibilizados às instituições educacionais de todo o país são muitos.

Para se ter uma melhor visão da real situação propõe-se um trabalho pautado na observação e reflexão do Colégio Estadual José Alfredo de Almeida (CEJAA) localizado no município de Mariluz/Paraná, paralelo ao de pesquisa bibliográfica.

Tal escolha se deve ao fato do Colégio ser um dos centros de referência (em estrutura física) da região; é a única instituição educacional do município a ofertar educação profissional e que, apesar de toda a estrutura didática pedagógica e profissionais habilitados, enfrenta sérios problemas de evasão e repetência, agravando a situação de mão de obra qualificada para o município.

Considera-se este estudo de vital importância para a gestão educacional, uma vez que refletirá os rumos da educação brasileira e como esta vem sendo conduzida em todos os âmbitos administrativos, desde o governamental até a gestão escolar no cotidiano da instituição, identificando fatores que contribuem para o insucesso da educação. Pretende-se assim identificar e refletir: o que vem causando a má qualidade na educação? o que vem ocasionando tamanha demanda de analfabetos funcionais? O que o poder público oferece as instituições educacionais para superarem o problema? E por fim, se discutirá propostas de melhoria que poderão embasar as próximas discussões sobre a qualidade da educação brasileira, para isso será tomado como ponto de partida o princípio de gestão democrática regulamentada pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO

Falar sobre a educação pública brasileira nos remete a uma reflexão de seu contexto histórico para melhor compreender a atualidade. Isso se deve ao clamor por uma educação de qualidade para todos através dos tempos, hoje se percebe que condições são delegadas para que isto ocorra sem que, no entanto, a “qualidade” tão desejada não é visualizada na maioria das escolas públicas no Brasil. Nesse sentido, busca-se compreender o insucesso da educação brasileira

através de uma retrospectiva do tema, refletindo sobre o mesmo, para se situar na atualidade.

A educação brasileira deve ser refletida juntamente com os acontecimentos ocorridos na Europa do século XVI, uma vez que a colonização do Brasil “resultou da necessidade de expansão comercial da burguesia enriquecida com a Revolução Comercial. As colônias valiam não só para a ampliação do comércio, como também por fornecer produtos tropicais e metais preciosos para as metrópoles”. (ARANHA, 2006, p. 139). No caso do Brasil, a colonização assumiu aspectos que defendiam a organização política de Portugal e Espanha, ou seja, o Brasil era uma colônia de economia agrária, cujo lucro ficava com os comerciantes portugueses.

[...] a relação do Brasil com Portugal, no período colonial, determinava que o Brasil fosse uma simples colônia [...] produtora e fornecedora de gêneros úteis ao comércio metropolitano e que se pudessem vender com grandes lucros nos mercados europeus. Este será o objetivo da política portuguesa até o fim da era colonial. (CAIO PRADO JUNIOR apud PILETTI, 2006, p. 133).

Observando este contexto, compreende-se porque a educação, neste período, não era prioridade, já que para desempenhar a função de agricultor não havia necessidade de maiores habilitações. Mas mesmo assim a metrópole viu a necessidade de uma formação em solo brasileiro, vale ressaltar que a preocupação não era com a formação em si, mas de se estabelecer meios que facilitassem a dominação plena do território e difusão da religião Católica. “Apesar disso, as metrópoles européias enviaram religiosos para o trabalho missionário e pedagógico, com a finalidade principal de converter o gentio e impedir que os colonos e desviassem da fé católica, conforme as orientações da conta-Reforma”. (ARANHA, 2006, p. 139).

E a autora ainda ressalta:

A intenção dos missionários, porém, não se reduzia simplesmente a difundir a religião. Uma época de absolutismo, a Igreja, submetida ao poder real, era instrumento importante para a garantia da unidade política, já que uniformizava a fé e a consciência. A atividade missionária facilitava sobre maneira a dominação metropolitana e, nessas circunstâncias, a **educação assumia papel de agente colonizador**. (ARANHA, 2006, p. 139- grifo nosso).

Assim, vê-se definido o início da educação escolar no Brasil. É com os Jesuítas que se pode perceber um resultado mais significativo desse sistema, porque, segundo estudiosos, se empenharam na atividade pedagógica, considerada

para eles primordial. “Quando os jesuítas chegaram por aqui eles não trouxeram somente a moral, os costumes e a religiosidade européia; trouxeram também os métodos pedagógicos”. (BELLO, 2001). E contrariando o pacto colonial, incentivam a fundação de colégios, missões e escolas em partes do território brasileiro.

Porém:

Era difícil a empreitada de instalar um sistema de educação em terra estranha e de povo tribal. De um lado, os indígenas de língua e costumes desconhecidos e, de outro, os colonizadores portugueses, que para cá vieram sem suas mulheres e famílias, muito rudes e aventureiros, com hábitos criticados pelos religiosos. (ARANHA, 2006, p. 140)

Embora os Jesuítas recebessem orientação e formação do Ratio Studiorum¹, enfrentaram sérios desafios para se adaptarem às exigências locais, mas mesmo assim fundaram diversos colégios² dando um novo rumo à educação brasileira.

Nos colégios jesuítas havia quatro graus de ensino, sucessivos e introdutórios, são eles:

- ✓ Curso elementar;
- ✓ Curso de Humanidades;
- ✓ Curso de Artes;
- ✓ Curso de Teologia.

Não restam dúvidas que a educação jesuítica contribuiu enormemente para o avanço da educação escolar no Brasil, porém estes foram expulsos por Marques de Pombal sob a alegação de traírem o controle português. Em seu lugar, têm-se as aulas régias que compreendiam o estudo das humanidades, sendo pertencentes ao Estado e não mais restritas à Igreja. Com esse sistema criaram-se aulas régias de latim, grego e retórica, porém, se existia alguma coisa muito bem estruturada em termos de educação o que se viu a seguir foi o mais absoluto fracasso, pois Pombal:

[...] ao afastar os jesuítas e ao assumir a responsabilidade pela instrução pública, Pombal pretendia não apenas renovar o ensino em seus métodos e processos, mas laicizá-los em seus objetivos, colocando-os a serviço dos interesses civis e políticos do Império Luso. (HAIDAR; TANURI, 2002, p. 59-60)

¹ Conjunto de normas criadas para regulamentar o ensino nos colégios jesuíticos. Sua primeira edição, de 1599, além de sustentar a educação jesuítica ganhou status para toda a Companhia de Jesus. Tinha por finalidade ordenar as atividades, funções e os métodos de avaliação nas escolas jesuíticas. (Verbete elaborado por Cezar de alencar Arnaut de Toleso, flávio massami Martins e Vanessa Campos Mariano Ruckstadter)

² O primeiro Colégio Jesuíta foi fundado na Bahia em 1550.

E essa situação permanece até que a família real, fugindo de Napoleão, resolve transferir o reino para sua colônia no Novo Mundo.

Essa transferência significou uma ruptura com a situação anterior, pois, para manter sua estadia em terras brasileiras, D. João VI promoveu uma série de mudanças na colônia, dentre elas destaca-se a criação de cursos superiores que antes não existiam e desencadeou a abertura de espaços culturais que alavancou a modernização da ex-colônia portuguesa, foram eles:

- ✓ Imprensa Régia (1808);
- ✓ Biblioteca (1810);
- ✓ Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1810);
- ✓ Museu Real (1818);
- ✓ Missão Cultural Francesa (1816)³;
- ✓ Academia Real de Marinha (1808).

Além disso, foram fundados o Teatro de São João, o Jornal Gazeta do Rio de Janeiro, A escola Real de Ciências, artes e ofícios. Foram também criados os cursos médico-cirúrgicos, além de cursos avulsos de economia, química e agricultura.

Junto a toda essa estrutura tem-se também a abertura dos portos às nações amigas que, para Lima (1969, p. 103) “[...] além do significado comercial da expressão significou a permissão dada aos ‘brasileiros’ (madeireiros de pau-brasil) de tomar conhecimento de que existia, no mundo, um fenômeno chamado civilização e cultura”.

Assim, segundo alguns autores, o Brasil foi finalmente descoberto e a nossa História passou a ter uma complexidade maior, mas a educação continuou a ter uma importância secundária, fato percebido ao se observar o período de fundação das universidades nas colônias espanholas: 1538 Universidade de São Domingos; 1551 a do México e a de Lima. Nossa primeira Universidade surgiu apenas em 1934, em São Paulo.

Analisando toda a História do Brasil Imperial, pouco se fez pela educação Brasileira e muitos reclamavam de sua qualidade ruim. Com a Proclamação da República tentaram-se várias reformas que pudessem mudar essa página, mas o processo de evolução pelo qual a educação brasileira passou não pode ser considerado marcante ou significativo: “Ainda que no final do Império surgissem

³ Contava com vários intelectuais, cientistas e artistas, entre eles: Jean Baptista Debret e Nicolas-Antonie Tauny.

algumas esperanças de mudança no quadro educacional, por conta de intenso debate sobre a educação, a situação do ensino continuava muito precária”. (ARANHA, 2006, p. 233).

Entretanto concorda-se com Piletti (2006, p. 132) quando este expõe a cerca da educação brasileira:

A história nos mostra que, apesar das intensas lutas do seu povo, o Brasil sempre foi mantido numa situação de dependência. Inicialmente de Portugal; depois da Inglaterra; por último, dos Estados Unidos. E a educação foi um dos instrumentos de que lançaram mão os sucessivos grupos que ocuparam o poder para promover e preservar essa dependência. Quando não através da exclusão pura e simples, impedindo-se o acesso de grande parte dos brasileiros à escola, por meio de um ensino para a submissão, desprovido da preocupação crítica tanto em seus conteúdos quanto em seus métodos.

E esse quadro persistiu na trajetória da História do Brasil, como relata Aranha (2006, p. 346):

[...] Entre os anos de 1950 e 1980, o país urbanizou-se e avançou em vários aspectos sociais e econômicos. O trunfo se tornar um dos países mais ricos, no entanto, contrasta com o fato de ser um triste recordista em concentração de renda, com efeitos sociais perversos: [...] Persiste na educação (e, em outros setores, como na saúde) uma grande defasagem entre o Brasil e os países desenvolvidos, porque a população não recebeu um ensino fundamental de qualidade.

2.2 GESTÃO ESCOLAR E LEGISLAÇÃO

A gestão escolar brasileira, anteriormente denominada Administração Escolar, nas últimas décadas, vem passando por mudanças provenientes do clamor da sociedade por uma educação de qualidade. Dessa forma, nos anos 80, em defesa de um projeto de educação pública de qualidade, a gestão democrática tornou-se a bandeira da luta de educadores. Isso, por sua vez, resultou na aprovação do princípio de que o ensino deve ser ministrado com base na gestão democrática na educação, prevista no Art. 206, inciso VI da Constituição Federal.

Além da gestão democrática, a Constituição Federal de 1988 estabelece também outros princípios para a educação brasileira, dentre eles citamos: obrigatoriedade, gratuidade, liberdade e igualdade, sendo estes regulamentados por meio de Leis Complementares.

A LDB, ao estabelecer e regulamentar as diretrizes gerais para a educação, em seu Artigo 14 define as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Estes dois princípios definidores da gestão democrática do ensino público evidenciam a participação tanto dos profissionais da educação quanto da comunidade em colegiados diretivos escolares como meio de tomada de decisões na escola, incitando um trabalho coletivo, articulado e dialógico. Nesse sentido, a gestão democrática é uma gestão de autoridade compartilhada, cujos fins são expressos no Art. 205 da Constituição Federal do Brasil de 1988:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A mesma finalidade está presente na LDB, em seu Artigo 2º:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O Artigo 9º da LDB, em cumprimento ao Artigo 214 de Constituição Federal, dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE)⁴ resguardando os princípios constitucionais, inclusive de gestão democrática. Por isso, o PNE está sustentado em três eixos:

- I. a educação como direito inalienável do cidadão;
- II. a educação como alavanca do desenvolvimento socioeconômico e cultural;
- III. a educação como instrumento imprescindível de enfrentamento da pobreza.

⁴ O PNE abrangente de toda a educação, trata dos diferentes níveis e modalidades da educação escolar, bem como da gestão, do financiamento e dos profissionais da educação. O Plano traz objetivos, diretrizes e metas que devem ser discutidos, examinados e avaliados, tendo em vista a democratização da educação em nosso país.

O Plano Nacional de Educação (PNE) traça objetivos, diretrizes e metas para a educação nacional e tem prazo de até dez anos para que todas elas sejam cumpridas⁵. Dentre as principais metas estão:

- I. a ampliação universal da escolaridade da população;
- II. elevação dos padrões de qualidade da escola e do ensino nos diferentes níveis;
- III. o alargamento das chances de acesso e permanência do aluno na escola pública, como mecanismo e encurtamento das desigualdades sociais, regionais e inter-regionais
- IV. o fortalecimento dos mecanismos de autonomia escolar e de democratização da gestão e do ensino público (CARNEIRO, 1998, p. 63).

Embora a finalidade expressa nas legislações seja clara, considera-se que na prática a escola não vem conseguindo atingi-la, pois o que se tem verificado é que, quando a escola se dedica a constituir instrumentos de democratização, muitas vezes o faz buscando o diálogo e a participação das pessoas na gestão da escola por meio da organização formal de espaços de representação, os quais, por mais **importantes que sejam não são suficientes** para conduzir a educação ao necessário avanço democrático. Sobre isso Saviani (2008, p. 39) fala que “quando mais se fala em democracia no interior da escola, menos democrática é a escola”. Isto porque, a participação deve se dar no sentido de buscar assegurar os fins mais amplos da educação previstos na Constituição e LDB.

Portanto, ao se tratar de gestão democrática, ela deve envolver os aspectos administrativos tendo em vista, sobretudo, o desenvolvimento pedagógico, ou seja, que a participação coletiva, crie condições favoráveis ao ensino e à aprendizagem, redirecionando o pensar e o fazer pedagógico. Nesse sentido Hora diz que:

Uma forma de encarar a democratização da escola é considerá-la como o desenvolvimento de processos pedagógicos significativos, pela adoção de um currículo concreto e vivo que garantam a permanência do estudante no sistema escola, eliminando e impedindo o processo de exclusão representado pela evasão e repetência (HORA, 2007, p. 51).

Em outros termos, a gestão democrática é:

[...] antes e acima das rotinas administrativas, a identificação de necessidades; a negociação de propósitos; a definição clara de objetivos e estratégias de ação; as linhas de compromisso; a coordenação e o acompanhamento de decisões pactuadas, mediação de conflitos, com

⁵ A Lei nº 10.172/2001, que aprova o PNE, determina que a partir da sua implantação sejam elaborados os planos estaduais e municipais de educação.

ações voltadas para a transformação social concretizando-se por meio de metas (HORA, 2007, p. 51-52).

Diante disso, deve-se pensar a gestão escolar democrática como o resultado de uma série de fatores interligados com o mesmo propósito: **o conhecimento**. A este propósito estariam vinculados: “estrutura organizacional, proposta pedagógica, ação docente e ambiente sócio cultural” (HORA, 2007), dentre outros aspectos, que não podem deixar de ser considerados, como os aspectos sócio-econômicos.

Assim, a democratização da escola deve ser pensada com base na expectativa de que a gestão contemple os interesses e necessidades coletivas e, acima de tudo, busque assegurar o acesso e apropriação do conhecimento socialmente elaborado e historicamente acumulado por parte do aluno, uma vez que **o cerne da democratização da educação é a democratização do saber**. Ou ainda, conforme Ferreira (2004, p. 295-296):

[...] A escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado existindo para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso a esse saber.

Portanto, a escola, no cumprimento do seu papel e na efetivação da gestão democrática, precisa não só criar espaços de discussões que possibilitem a construção do projeto educativo, por todos os segmentos da comunidade escolar, mas consolidá-los como espaço que favoreçam a participação, a fim de assegurar que a escola cumpra seu papel social.

Considera-se que o desafio maior do ato de ensinar, é fazer com que o aluno se aproprie dos conhecimentos, então, se a gestão democrática é um dos mecanismos para que a educação escolar alcance o sucesso, esta precisa ser repensada para que a “tomada de decisões” coletivas realmente atinja a alma da escola: o saber elaborado (ciência).

Está confirmado que a prática escolar distingue-se de outras práticas educativas, como as que acontecem na família, no trabalho e nas demais formas de convívio social, por se constituir em uma ação intencional, sistemática, planejada e continuada, portanto, por ser a escola uma instituição social com propósito educativo, tem o compromisso de promover o desenvolvimento e a socialização dos alunos, como afirma Gómez (1998, p. 15):

A segunda função do processo de socialização da escola é a formação do cidadão/ã para sua intervenção na vida pública. A escola deve prepará-los para que se incorporem à vida adulta e pública, de modo que se possa manter a dinâmica e o equilíbrio nas instituições, bem como as normas de convivência que compõem o tecido da comunidade humana.

Nesta perspectiva a escola, ao tomar para si o objetivo de formar cidadãos capazes de atuar com competência na sociedade, deve buscar caminhos que a levem a cumprir com o que se propõe. Para se atingir tal objetivo a administração da escola pública deve voltar mais seu olhar para o aspecto pedagógico, uma vez que este é o sentido maior da existência da educação escolar, pois a democracia no âmbito escolar só acontecerá a partir da apropriação do saber sistematizado pelos alunos, vislumbrando uma sociedade pautada pela igualdade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

3.1 TIPO DE PESQUISA

A educação escolar deve ser entendida como prioridade para a condição humana. O que se tem observado atualmente é que parte da sociedade brasileira a coloca em segundo plano nas decisões a serem tomadas para a vida futura, nesse sentido há que se refletir sobre o tema, para tanto se necessita de pesquisa constante a respeito do tema, pois como Minayo (1993, p. 23) entende-se a pesquisa como:

Atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.

Nesse sentido, para o estudo sobre Gestão Democrática da Escola Pública: Estudo de Caso do Colégio Estadual José Alfredo de Almeida, realizou-se um trabalho embasado na pesquisa bibliográfica e descritiva, acompanhada de investigação através de observação e entrevista à comunidade escolar do Colégio Estadual José Alfredo de Almeida (CEJAA) do município de Mariluz Paraná. Para uma melhor compreensão da real situação da comunidade escolar mariluzense há a

necessidade de se conhecer o perfil da comunidade externa na qual está inserida o CEJAA.

3.2 LOCAL DE ESTUDO

O estudo foi feito no município de Mariluz, situado no noroeste do Estado do Paraná, tem 47 anos de emancipação política e possui 10.224 habitantes, sendo que 8.467 residem na zona urbana e 1.757 residem na zona rural e está classificado em nível médio no Estado do Paraná, segundo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁶. A maioria da população do município é composta por trabalhadores rurais, os bóias-frias.

O comércio não possui grandes lojas e, não absorve a demanda de jovens trabalhadores, provocando, assim, o êxodo dos jovens mariluzenses para centros maiores. Atualmente há um número considerável de jovens que trabalham em abatedouros de frango nas cidades de Umuarama e Cafelândia, o que contribuiu para aumentar o índice de evasão escolar, pois os mesmos trabalham em horários que dificultam conciliar trabalho e escola.

Analisando, hoje, a conjuntura sócio-econômica de Mariluz observa-se que a falta de empreendimentos dificulta o atendimento à população carente e a maioria da população encontra-se num quadro onde as características são: pobreza, desemprego, analfabetismo, famílias desestruturadas, mães adolescentes sem cônjuge, grande número de mães separadas, evasão escolar, marginalização, falta de perspectivas dos políticos em como executar projetos de desenvolvimento da qualidade de vida da comunidade de Mariluz.

Diante desse contexto as escolas de Mariluz executam seu trabalho de forma a contribuir para minimizar esse quadro, porém, constantemente deparam-se com problemas de diversas origens e tentam administrar seus “entraves” através de ações compartilhadas com a comunidade local, sempre visando a qualidade do ensino ofertado.

⁶ Segundo a Enciclopédia Livre – Wikipédia.org, o município de Mariluz tem registrado um IDH de 0,675. (Acesso em 27 de out de 2011).

3.3 COLETA DE DADOS

Os dados apresentados foram coletados mediante observação de documentos e relatórios que se encontram nos arquivos do Colégio Estadual José Alfredo de Almeida. Utilizou-se também para melhor compreensão dos dados coletados, diálogo com os diversos segmentos da comunidade escolar. Procurou-se destacar nestes diálogos o trabalho realizado por cada segmento e a compreensão que estes têm acerca da real situação pedagógica do colégio

Utilizou-se também para melhor compreensão dos dados coletados, diálogo com os diversos segmentos da comunidade escolar, onde os mesmos relataram especificidades ligadas ao cotidiano escolar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PERFIL DOS EDUCANDOS DO COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ ALFREDO DE ALMEIDA⁷

A maioria dos jovens alunos são filhos de trabalhadores, dito “bóias-frias” ou mesmo desempregados. É alarmante o grande índice de filhos de mães solteiras ou separadas, os quais a maioria reside com avós tios ou outro parente, que geralmente não acompanham e nem participam da vida escolar desses educandos; e isso os leva a um total desinteresse pelo estudo.

Um outro fator de impedimento é a longa viagem dos alunos que trabalham nos abatedouros de frangos em Umuarama e Cafelândia, os mesmos cumprem horários que dificultam a conciliação dos estudos, esse fato provoca ausência constante do aluno, evasão escolar, chegadas atrasadas, gerando, assim, desinteresse e baixo nível de aproveitamento escolar.

Detecta-se, também, o alto índice de analfabetismo dos pais, embora os governos estaduais, municipais e federais, tenham-se empenhado para sanar essas

⁷ Texto elaborado a partir da leitura do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual José Alfredo de Almeida.

dificuldades, não se têm obtido reais resultados, pois indica que não houve a conscientização dos mesmos. Outro fator preocupante é o crescente uso de bebidas alcoólicas e outras substâncias que estão desanimando e desorientando os jovens. Também é crucial o índice de jovens adolescentes grávidas precoces, como também a prostituição sem cuidados nenhum quanto ao uso de preservativos, levando-os a adquirirem muitas vezes as doenças sexualmente Transmissíveis (DST). E com todos esses problemas, a escola perde o sentido de ser transformadora, gerando a evasão escolar.

Aos alunos que participam dos programas sociais como Bolsa Família, somente é exigida a frequência na escola, não existe um acompanhamento para a verificação dos resultados da aprendizagem, se estão comprometidos com a escola ou não.

O Colégio Estadual José Alfredo de Almeida tem demonstrado uma grande preocupação com esses jovens que não tem ocupação, que embora não frequentem o Colégio, não deixam de tumultuar a mesma, perturbando nos portões, pulando o muro para adentrar no colégio, gerando com aqueles que estão estudando, embora a Direção e Equipe Pedagógica não têm medido esforços no sentido de acionar os órgãos competentes para solucionar, se não amenizar esses problemas conflitantes.

Hoje a escola conta com alguns alunos inclusos com necessidades educacionais especiais e, apesar dos professores não estarem preparados profissionalmente para trabalharem com esses educandos, se dedicam e buscam metodologias diferenciadas para atender as necessidades educacionais de cada um.

Assim, partindo do princípio de que a educação é um direito de todos a escola está buscando se preparar para receber todos os alunos de Mariluz ofertando uma educação de qualidade.

4.2 O COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ ALFREDO DE ALMEIDA⁸

O Colégio Estadual José Alfredo de Almeida é um dos centros de referência (em estrutura física) da região; é a única instituição educacional do município a ofertar educação profissional, atende cerca de 628 alunos nos turnos manhã e noite,

⁸ Texto elaborado a partir da leitura do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual José Alfredo de Almeida

ofertando os cursos: Séries Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico em Informática – Integrado e Subseqüente, Formação de Docentes e Técnico em Administração – Subseqüente. Possui em quadro de recursos humanos profissionais habilitados para exercera a função que lhe é destinada, bem como professores, pedagogos e coordenadores habilitados nas diversas áreas do conhecimento.

Tem seu trabalho pautado na gestão democrática, onde a comunidade participa da composição das instâncias colegiadas (APMF, Conselho Escolar, Conselho de Classe e Grêmio Estudantil), pois entendem que:

O que determina o padrão de qualidade e equidade em uma instituição de Ensino está intimamente ligado às instâncias colegiadas que juntamente com o gestor, equipe pedagógica, administrativa, educadores e demais funcionários ressaltam a importância do trabalho coletivo e emancipativo, buscando com ações preventivas ou corretivas a partir de reflexão pertinentes repensando a escola como um todo.(PPP – CEJAA)

Dispõe de uma quadra de esportes coberta, propícia para a prática de esportes, sala de vídeo, dois (02) laboratórios de informática equipado com trinta computadores ligados a internet ADSL, laboratório de Ciências, Biologia, Física e Química, equipado com torso, esqueleto, vidrarias, vários aparelhos de física, reagentes e todo material necessário para uma boa aula prática, biblioteca atualizada com Literatura, com aquisição de exemplares necessários para o funcionamento dos cursos ofertados; cozinha e refeitório azulejados com exaustor, balcões de mármore, geladeira, frizer, fogão, mesa e bancos no refeitório para aconchegar os educandos na hora da merenda; possui palco, rampas de acesso e banheiros adequados para atender educandos com necessidades especiais, pátio coberto com piso, pintura nova em todo o colégio com pastilhas até o meio das paredes na parte exterior a fim de facilitar sua limpeza, com passarelas cobertas para adentrar o colégio e também para ir a quadra de esportes, bebedouros duplos nos vários corredores das salas de aulas.



Entrada do Colégio Estadual José Alfredo de Almeida – Mariluz/Paraná
Fonte: Arquivo do Colégio

No Colégio desenvolvem-se projetos tais como: gincanas de cunho cultural e científico, exposições de trabalhos artísticos, jogos inter-classes, visitas às Universidades, palestras sobre doenças transmissíveis e drogas, palestras com profissionais competentes sobre temas contemporâneos emergentes, apresentação de danças e peças teatrais, tanto no Colégio como fora dele, com temas livres, cívicos e comemorativos, participação de desfile destacando quanto ao vestuário e montagem, participação dos alunos nos projetos ofertados pelo Governo Estadual, tais como Fera, Com Ciência, jogos escolares, projeto Xadrez e Olimpíada Brasileira de Matemática.

Nas atividades propostas pela SEED e NRE como Projeto Fera, Conferência do Meio Ambiente, Leitor do Ano e outros, os educandos tem se destacado com brilhantismo e dedicação, sendo também destaque no ENEM de 2009, ficando os alunos do CEJAA entre os melhores de todo o NRE de Goioerê.

No Colégio Estadual José Alfredo de Almeida, observa-se que a evasão escolar é um dos problemas preocupantes da escola e o que leva a tal situação é a falta de motivação pelos pais, trabalho em outros municípios e falta de perspectivas para adentrar no mercado de trabalho.

Nota-se que, especialmente no período noturno, que muitos educandos são indisciplinados não levando a sério seus estudos, aumentando mais ainda o problema de evasão e reprovação do colégio.

Analisando o diagnóstico realizado pelo PDE⁹ com a comunidade escolar, estes elegeram os seguintes problemas como fator para o insucesso da educação ofertada no CEJAA:

Problemas	Possíveis Causas
Alta Taxa de Reprovação	<ul style="list-style-type: none"> - Pouca frequência; - Falta de pré requisito do aluno; - Descaso da família; - Falta de perspectiva; - Metodologia inadequada.
Alta Taxa de Abandono	<ul style="list-style-type: none"> - Emprego em outros municípios; - Trabalho braçal; - Falta de perspectiva; - Consumo e drogas; - Gravidez precoce; - Metodologia inadequada.
Baixo desempenho acadêmico dos alunos	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de pré requisito do aluno; - Metodologia inadequada; - Pouco acompanhamento da equipe pedagógica; - Frequência insuficiente.
Prática pedagógica insuficiente	<ul style="list-style-type: none"> - professores sem experiência profissional; - Sobrecarga de carga horária; - Dificuldade do professor em propor metodologias diferenciadas.
Pouco envolvimento da família	<ul style="list-style-type: none"> - Pais alcóolotras; - Filhos de pais separados; - Falta de disponibilidade de tempo devido ao trabalho.
Pouca atuação das instâncias	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de reuniões periódicas;

⁹ Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE) elaborado pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura), lançado em 24 de abril de 2007, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação.

colegiadas	- falta de conhecimento do seu papel.
------------	---------------------------------------

Fonte: Arquivos do CEJAA

A partir deste levantamento foi disponibilizado ao colégio, verba para a compra de materiais didático-pedagógicos com o objetivo de dinamizar as aulas e assim melhorar o rendimento dos alunos. Para melhor gerenciar os recursos a comunidade escolar elaborou plano de ação com intervenções sobre os problemas detectados.

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES
1.0- Melhorar o desempenho acadêmico dos alunos;	1.1- Elevar o índice de aprendizagem e aprovação em 2009.	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar salas de apoio, sob a coordenação da equipe pedagógica e colaboração do grêmio estudantil, no período das 18:00 as 19:00h.; - Acompanhamento da equipe pedagógica dando suporte pedagógico aos professores e alunos em sala de aula; - Organizar reuniões bimestrais com os professores das diversas disciplinas, para discussão e reflexão sobre o trabalho desenvolvido; - Organizar reuniões com os pais de alunos com baixo rendimento com o intuito de envolver a família e desenvolver estratégias de acompanhamento; - Aquisição de materiais didáticos, tais como: gibis, revistas, filmes, mini dicionários, jogos, mini calculadoras, entre outros, para dar suporte as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática; - Aquisição de acervo bibliográfico para aluno e professor; - Aquisição de um micro computador, com a finalidade de informatizar a biblioteca, para utilização do aluno em pesquisas. - Aquisição de uma impressora para utilização do aluno; - Revisar a Proposta Pedagógica com base nos dados e informações da análise situacional; - Promover a capacitação dos professores das disciplinas críticas (baixo rendimento), através de leitura, troca de experiências, grupo de estudos; - Maior acompanhamento e assessoramento da equipe pedagógica aos professores, com reuniões periódicas para discussão e reflexão da prática pedagógica; - Aquisição de materiais didáticos para assessoramento no processo ensino/aprendizagem, tais como: bloco lógico, DVDs, fitas de áudio e vídeo, jogos diversos, jogos pedagógicos, material dourado, minidicionário, minicalculadora, quebra cabeça, tesoura pequena. - Aquisição de um aparelho de vídeo- DVD/gravador, para gravação dos programas da TV Paulo Freire e filmes educativos.

2.0- Reduzir o índice de evasão escolar;	2.1- Minimizar a taxa de abandono escolar em 2009; 2.2- Obter maior envolvimento das famílias, comunidade e profissionais da educação em 2009.	<ul style="list-style-type: none"> - Visitas às famílias, pelos professores, equipe pedagógica e grêmios estudantil e acompanhamento do programa FICA; - Observação da equipe pedagógica através de fichas de frequência e aproveitamento, alunos com baixo rendimento escolar; - Aquisição de material escolar para alunos com baixo renda: caderno, lápis, borracha, apontador, caneta, cola. - Proporcionar atividades esportivas e culturais para a comunidade escolar, em especial, alunos, com o intuito de tornar a escola atraente; - Promover reuniões com a família com o objetivo de assessoramento e envolvimento.
3.0- Promover a efetivação da gestão democrática na escola.	3.1- Dinamizar a atuação do Conselho Escolar e APMF até 2010. 3.2- Dinamizar a atuação do Grêmios Estudantil em 2009.	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões periódicas com as instâncias colegiadas para levantamento e discussão dos problemas; - Formação continuada das instâncias colegiadas, através de reuniões, grupo de estudos, leituras; - Criar um comitê com representantes das instâncias colegiadas, com o intuito de assessoramento nas salas de apoio e avaliação institucional. - Reuniões periódicas com as instâncias colegiadas para levantamento e discussão dos problemas; - Promover eventos bimestrais com o Grêmios Estudantil; - Incentivar a instituição do Grêmios Estudantil através de assembleia com os alunos da escola; - Realizar processo de consulta com os alunos para a escolha dos membros do Grêmios Estudantil da escola.

Fonte: Arquivo do CEJAA

Apesar de todos os esforços empreendidos pelo coletivo, ainda observa-se neste estabelecimento de ensino o baixo rendimento acadêmico dos alunos, especialmente no noturno.

4.3 REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO NA ESCOLA

De posse desses dados pode-se melhor refletir a situação do colégio pesquisado, e o observado foi o seguinte:

Os segmentos da comunidade escolar do CEJAA falaram de suas dificuldades e a tentativa de se realizar um bom trabalho. Os professores e equipe pedagógica relatam que a ausência dos pais dificulta a realização de um bom trabalho em sala de aula, pois os alunos não acatam e sabem que os profissionais não podem contar com a ajuda dos familiares para auxiliá-los neste trabalho; Os pais, por sua vez alegam que a sobrecarga de trabalho os impossibilita de melhor acompanhar a vida escolar dos filhos e destacam também alguns problemas em

relação a prática pedagógica apresentada em sala de aula, porém o mais preocupante é a falta de interesse e perspectiva apresentada pelos alunos. Estes não vêem na educação escolar um meio para ascensão profissional, uma vez que têm como referência, familiares com o mínimo grau de instrução e que conseguiram se sobressair na vida profissional e, também a falta de perspectiva de bons empregos que o município oferece, é comum ouvir dos alunos: “para que estudar? Para cortar cana?” “para segurar um facão não precisamos estudar, basta saber manuseá-lo”. Em relação às instâncias colegiadas, segundo a equipe pedagógica estas se fazem presentes apenas quando convocadas e que seu auxílio, em relação ao âmbito pedagógico, é mínimo.

Diante do exposto considera-se que o quadro apresentado pelo CEJAA, aparentemente, não é diferente da realidade divulgada para a educação brasileira, cabe a cada um cumprir com sua função e tentar reverter este quadro, porém sabe-se que este trabalho demanda tempo e envolve não apenas os segmentos que envolvem o Colégio Estadual José Alfredo de Almeida, mas a atual conjuntura sócio econômica do Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise dos resultados obtidos passou-se a reflexão sobre o contexto escolar vivenciado pelo CEJAA. O colégio possui infra-estrutura, recursos didáticos pedagógicos e profissionais habilitados para exercerem as respectivas funções dentro do contexto escolar e, mesmo assim, esta unidade educacional sofre com o insucesso de seus alunos.

Nesse sentido, questiona-se os princípios da gestão democrática, onde todos devem trabalhar para o bem comum e sucesso da educação escolar. Porém o que se observa é que estes princípios estão longe de serem alcançados e a escola caminha sozinha, ou pelo menos com os mais envolvidos: professores, gestor e equipe pedagógica.

Entende-se que na Gestão democrática deve haver compreensão da administração escolar como atividade meio e reunião de esforços coletivos para se atingir os fins da educação, no entanto essa reunião de esforços não se mostra eficiente, uma das causas alegadas por esta “união” não acontecer é a falta de

conhecimento das instâncias colegiadas a respeito de sua importância e de seu papel a ser desempenhado. Mas observa-se que no plano de ação do CEJAA uma de suas metas é “dinamizar a atuação de suas instâncias colegiadas até 2010” e como ação para a efetivação dessa atuação, o CEJAA ofereceu ao seu coletivo “Formação Continuada através de reuniões, grupo de estudos e leituras” para a discussão, reflexão e compreensão do papel a ser desempenhado por cada segmento. Ao serem questionados, gestor e equipe pedagógica sobre essa meta, estes confirmaram a realização e a frequência das instâncias colegiadas nos encaminhamentos, as discussões foram consideradas boas, porém, pouco se modificou a participação do coletivo.

Nesse sentido, não se sabe ao certo o que fazer, a instituição escolar está apenas sob a responsabilidade dos profissionais da educação, a família, que deveria ser a mais forte aliada, não se faz presente ou mesmo inexistente na realidade estudada, e se o faz é para reclamar de questões pontuais que por ventura tenha ocorrido com o filho, dessa forma fica-se sem alternativas para efetuar mudanças, tem-se a legislação a seu favor, mas, em contrapartida os principais colaboradores se fazem ausentes.

Diante do exposto, fica evidente o questionamento sobre a qualidade da educação no Brasil, não por falta de investimentos, mas por que a própria sociedade não se mobiliza para colaborar, dessa forma, há urgência em outras medidas para o sucesso da educação, não apenas legalizar a participação de todos na educação, mas incentivar e cobrar de fato esta participação, assim, todos em prol de um mesmo objetivo, pode-se dizer que a gestão democrática e participativa saiu do papel e cumpriu com sua missão: **o sucesso da educação pública brasileira.**

6 CONCLUSÃO

Analisando a pesquisa realizada todos os respondentes são unânimes em dizer que a educação deve ser prioridade de um país, mas ela é mais do que isso, significa para o homem a liberdade e, conseqüentemente, a conquista da independência. No entanto refletindo sobre a educação na atualidade se percebe que a compreensão sobre a importância escolar, de fato, não é a mesma de outrora. No contexto escolar, os educadores buscam metodologias diferenciadas para

chamar a atenção do aluno, dedicam tempo preparando aulas interessantes, sem muito sucesso, pois atualmente este profissional se depara com muitos problemas em sala de aula que sempre culminam com o insucesso do aluno.

São muitas as tentativas para a melhoria do desempenho acadêmico, o que está previsto atualmente na Legislação é a Gestão Democrática e Participativa, tendo como objetivo principal a tomada de decisões coletivas, porém o que se observa é que a concepção de democracia por parte da comunidade escolar ainda é restrita, chegou-se a essa constatação ao se observar a realidade vivida pelo Colégio Estadual José Alfredo de Almeida (CEJAA) do município de Mariluz/Paraná, onde o coletivo tem a idéia de que o gestor, uma vez escolhido tem a obrigação sobre a organização da escola. Acredita-se que este seja uma das causas que afetam os trabalhos pedagógicos desenvolvidos no colégio, especialmente no noturno.

O referido Colégio possui toda a estrutura física e humana para que o ensino ofertado seja de qualidade, mas isso não ocorre, a ausência quase total dos pais, aliada a problemas, tais como drogas, prostituição, indisciplina, impedem a realização de um trabalho a contento.

Nesse sentido, conclui-se que, apesar da educação pública brasileira estar alicerçada na gestão democrática, sendo este um dos meios para a construção da cidadania emancipadora/autônoma, capaz de tomar decisões individuais e coletivas; apesar das lutas de educadores e sociedade por uma educação de qualidade e para todos; hoje muitos cidadãos não visualizam a escola como sendo prioridade em sua vida, por que se assim fosse esta seria levada mais a sério. Assim, refletindo o observado, há a necessidade de conscientização dos envolvidos e comprometimento na efetivação do processo de mudança por parte de todos os segmentos da comunidade escolar, possibilitando assim a implantação de uma gestão democrática de fato e de direito, onde **todos** estarão lutando por uma educação de qualidade, pois na realidade, com base na estrutura do CEJAA, não falta muito, em termos materiais para que a escola brasileira atinja o seu sucesso, cabe a cada um fazer sua parte, desde o setor público, viabilizando a cobrança do que prevê a legislação até as famílias, participando e cobrando dos filhos sua responsabilidade quanto aos estudos.

Dessa forma, poderemos dizer que valeu a pena os esforços de Anchieta, Paulo Freire, a primeira professora e tantos outros educadores que em muito

contribuíram para dar aos brasileiros uma **educação pública de qualidade para todos**.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. O Estado, a Política Educacional e a Regulação do Setor Educação no Brasil: Uma Abordagem Histórica. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (orgs.). **Gestão da Educação: Impasses, perspectivas e compromissos**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. **IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: www.ideb.inep.gov.br acesso em: 20 agos. 2011.

BRASIL, **Constituição Federal**. Brasília: Imprensa Oficial, 1998.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96**. Brasília: Imprensa Oficial, 1996.

BELLO, José Luiz de Paiva. Educação no Brasil: a História das rupturas. **Pedagogia em Foco**, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm. Acesso em: 20 de set, 2011.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Gestão Democrática da Educação: ressignificando conceitos e possibilidades. In: **Gestão da Educação: Impasses, perspectivas e compromissos**/ AGUIAR, Maria Ângela da S.(org.) – 4 ed. – São Paulo: Cortez, 2004.

GÓMEZ, A.I. P. Caráter plural e complexo do processo de socialização na escola. In: SACRISTAN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P.; **Compreender e Transformar o Ensino**. Trad. Hernán F. da Fonseca Rosa – 4 ed. – ArtMed, 1998.

H Aidar, Maria de Lourdes Mariotto; TANURI, leonor maria. A educação Básica no Brasil. In: **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica**. (vários autores). São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão Educacional Democrática**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Estórias da educação no Brasil: de Pombal a passarinho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasília, 1969.

MARILUZ. Entrevistas com a Comunidade Escolar do Colégio Estadual José Alfredo de Almeida.

_____. Plano de Ação PDE Escola. Colégio Estadual José Alfredo de Almeida.

_____. Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual José Alfredo de Almeida.

_____. Regimento Escolar do Colégio Estadual José Alfredo de Almeida.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do Conhecimento**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia** – Edição Comemorativa. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.



Colégio Estadual
JOSÉ ALFREDO DE ALMEIDA
 Ensino Fundamental, Médio e Profissional
 Rua Santa Catarina, 585. – Centro – CEP: 87470 000
 Fone/Fax: 44 35341355 – Fone: 44 35341301 – e-mail: cejaa@ibest.com.br
 Mariluz / Paraná

AUTORIZAÇÃO

COLÉGIO ESTADUAL
 JOSÉ ALFREDO DE ALMEIDA
 ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO, PROFISSIONAL E NORMAL
 RUA SANTA CATARINA, 585 - CENTRO
 FONE/FAX: (44) 3534-1355 - 3534-1301
 CEP 87470-000 - M A R I L U Z - P A R A N Á

Eu, **Eduardo Henrique de Oliveira**, R.G. 3.934.619-2, CPF. 496.244.159-00 Diretor do Colégio Estadual José Alfredo de Almeida – Ensino Fundamental, Médio, profissional e Normal (CEJAA) do município de Mariluz/PR, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos e benefícios da pesquisa, bem como estar ciente da necessidade da utilização de imagem e documentos do CEJAA, AUTORIZO, através do presente termo, a professora **Ivone Percim** do projeto de pesquisa: **Gestão Democrática: Reflexões Para a Busca da Qualidade da Educação Brasileira** a divulgar o presente estudo contendo informações acerca do trabalho desenvolvido no CEJAA. Ao mesmo tempo confirmo a veracidade das informações prestadas a respeito da referida instituição educacional.

Mariluz, 31 de outubro de 2011.

Eduardo Henrique de Oliveira
 DIRETOR - RG 3.934.619-2
 Res. 5909/08 - D.O.E. 24/12/08